



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

### **ATA N.º 12** **MANDATO 2013/2017**

Aos vinte e sete dias do mês de novembro do ano dois mil e catorze, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre dos Paços do concelho, realizou-se a sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Valongo com a seguinte

**Ordem de Trabalhos:** -----

1. Intervenção do público; -----

2. Período antes da ordem do dia. -----

**ORDEM DO DIA** -----

1. Discussão e aprovação das atas das reuniões dos dias 30-09-2014 e 08-10-2014; -----

**2. DISCUTIR E VOTAR PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE: --**

**2.1** Fixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), referente ao ano 2015, a aplicar aos valores patrimoniais dos prédios urbanos; -----

**2.2** Participação variável no IRS a aplicar aos rendimentos do ano 2015; -----

**2.3** Orçamento, grandes opções do plano, mapa de pessoal da Câmara Municipal e plano de atividades e orçamento da Vallis Habita, para o ano 2015. -----

2.4 Adenda aos acordos de execução celebrados com as juntas de freguesia;

2.5 Contrato-programa entre o Município de Valongo e a Vallis Habita – Empresa Municipal de Gestão de Empreendimentos Habitacionais de Valongo, E.M. -----

**3.** Demonstrações Financeiras do Município de Valongo – Apreciação. -----

**4.** Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo. -----

Estavam presentes trinta e um elementos, cujos nomes constam da lista de presenças com as respetivas rubricas. Presentes, também, o Senhor Presidente da Câmara José Manuel Pereira Ribeiro, o Senhor Vice-Presidente José Augusto Sobral Pires, os Senhores Vereadores Luísa Maria Correia de Oliveira, Orlando Gaspar Rodrigues, João Paulo Rodrigues Baltazar, Maria Trindade Morgado do Vale, Manuel Marques Nogueira dos Santos, Hélio Fernando da Silva Rebelo e Adriano Soares Ribeiro. -----

Verifica-se a substituição ao abrigo do art.º 78º da lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, do Membro da Assembleia Municipal César Augusto de Oliveira Ferreira, tendo sido substituído por Cátia Andreia Campos Teles. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, deu início à reunião. -----

O Senhor **Primeiro Secretário Joaquim Jerónimo Pereira** procedeu à chamada dos Membros da Assembleia Municipal. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, deu palavra aos Membros que pretendessem intervir. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PS Nuno Miguel Borges Cardoso**, começou por dizer que ia apresentar uma Moção sobre a Defesa da Segurança Social Pública. -----

Disse de seguida que a Segurança Social Pública com a situação do processo de requalificação está a viver um drama, as pessoas que estão a ser afetadas neste processo, não só estão a exercer funções, como em muitos casos os Assistentes Operacionais visados no processo, exercem funções de Assistentes Técnicos, funções eminentemente administrativas, não estando sequer a ser remunerados de acordo com essas funções. Ou seja, para além de ser falsa a questão da inexistência de funções, para além dos cidadãos, os próprios envolvidos vêm-se atacados na sua dignidade profissional e financeira. -----

De seguida entregou à Mesa uma **Moção “Pela defesa da Segurança Social Pública”** que se anexa à presente ata como **Doc.1.** -----

A Senhora **Segunda Secretária, Ana Maria Martins Rodrigues**, fez a leitura da **Moção “Pela defesa da Segurança Social Pública”** anexa à presente ata como **Doc.1.** -----

A Senhora **Membro do Grupo Municipal do PSD/PPM, Rosa Maria Sousa Martins Rocha**, fez a leitura de uma **Moção** sobre uma **reunião/visita realizada pela Assembleia Municipal ao Hospital de Valongo** anexa à presente ata como **Doc.2.** -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PS, Armando Gabriel Teixeira Baltazar**, fez a leitura de um **documento** que se anexa à presente ata como **Doc.3.** -----

A Senhora **Membro do Grupo Municipal da CDU, Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa**, começou por dizer que há algum tempo lhes tem chegado informações sobre o estado de conservação dos pavilhões municipais, nomeadamente de Ermesinde, Campo e Sobrado, alertando para a inexistência de manutenção desses espaços, como problemas com a água no pavilhão de Ermesinde, não permitindo que os atletas tomem banho após os jogos. -----

Assim, gostariam de saber quando vão ser solucionados os problemas, bem



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

como quando é que Câmara Municipal organizará o pelouro do desporto e juventude para dar resposta às questões que vão sendo colocadas. -----

Gostaria de saber em que ponto se encontra a carta desportiva. -----

De seguida apresentou uma **Tomada de Posição** sobre **“Horta Biológica”** anexa à presente ata como **Doc.4**. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PSD/PPM, Daniel Torres Gonçalves**, procedeu à leitura da seguinte intervenção: -----

*“Na sessão ordinária que ocorreu no dia 30 de setembro, alertámos para um conjunto de ilegalidades cometidas pela Câmara Municipal relativamente à falta de resposta aos requerimentos apresentados por esta Assembleia. Infelizmente, o incumprimento da lei (para não referir o desrespeito institucional) mantêm-se. -----*

*O artigo 35.º, n.º 1, alínea s) do regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, dispõe que “Compete ao presidente da câmara municipal responder, em tempo útil e de modo a permitir a sua apreciação na sessão seguinte da assembleia municipal, aos pedidos de informação apresentados por esta”. -----*

*Na assembleia de 30 de abril de 2014, o grupo municipal do PSD-PPM apresentou, por via da mesa da Assembleia, um requerimento por escrito dirigido à Câmara Municipal relativamente ao licenciamento do chamado “gaveto” de Alfena. Decorreram, entretanto, perto de sete meses e esta é a terceira sessão da Assembleia Municipal desde a apresentação do requerimento. Até ao momento, não recebemos qualquer resposta. -----*

*Na assembleia de 30 de abril de 2014, o grupo municipal do PSD-PPM apresentou, por via da mesa da Assembleia, um requerimento por escrito dirigido à Câmara Municipal, relativamente à candidatura à UNESCO das Bugiadas e Mouriscadas. Decorreram, entretanto, quase sete meses e esta é a terceira sessão da Assembleia Municipal desde a apresentação do requerimento. Até ao momento, não recebemos qualquer resposta. -----*

*Na assembleia de 30 de abril de 2014 o grupo municipal do PSD-PPM apresentou, por via da mesa da Assembleia, um requerimento por escrito dirigido à Câmara Municipal relativamente ao entulho na Rua Rodrigues de Freitas em Ermesinde. Decorreram, entretanto, quase sete meses e esta é a terceira sessão da Assembleia Municipal desde a apresentação do requerimento. Até ao momento, não recebemos qualquer resposta. -----*

*Na assembleia de 27 de junho de 2014, o grupo municipal do PSD-PPM apresentou, por via da mesa da Assembleia, um requerimento por escrito dirigido à Câmara Municipal relativamente aos projetos para a freguesia de*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

*Alfena. Decorreram, entretanto, quatro meses e esta é a segunda sessão da Assembleia Municipal desde a apresentação do requerimento. Até ao momento, não recebemos qualquer resposta. -----*

*Na assembleia de 4 de julho de 2014, o grupo municipal PSD-PPM apresentou, por via da mesa da Assembleia, um requerimento por escrito dirigido à Câmara Municipal relativamente à queixa alegadamente apresentada devido ao assalto ao ginnodesportivo de Sobrado. Recebemos, entretanto, uma resposta ao requerimento, porém incompleta. Naquele requerimento, solicitamos a entrega da cópia da queixa apresentada à Polícia, o que não aconteceu, tendo decorrido, entretanto, quase cinco meses desde aquela solicitação. O artigo 14.º, n.º 1, da Lei de Acesso aos Documentos da Administração, aprovada pela Lei n.º 46/2007, de 24 de agosto, impõem um prazo de dez dias para a resposta aos pedidos de acesso aos documentos administrativos. Reiteramos, aqui, o requerimento para que a Câmara Municipal nos forneça uma cópia do documento solicitado. Daremos um novo prazo de 10 dias (que terminará em 12 de dezembro), data após a qual iremos intentar a pertinente ação de intimação, junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel. -----*

*Na assembleia de 8 de outubro de 2014, o grupo municipal do PSD-PPM apresentou, por via da mesa da Assembleia, um requerimento por escrito dirigido à Câmara Municipal relativamente ao estado atual do PDM. Decorreu, entretanto, um mês e meio e estamos numa nova sessão da Assembleia Municipal desde a apresentação do requerimento. Até ao momento, não recebemos qualquer resposta. -----*

*Na assembleia de 8 de outubro de 2014, o grupo municipal do PSD-PPM apresentou, por via da mesa da Assembleia, um requerimento por escrito dirigido à Câmara Municipal relativamente à revisão do contrato referente ao estacionamento em Valongo e Ermesinde. Decorreu, entretanto, um mês e meio e estamos numa nova sessão da Assembleia Municipal desde a apresentação do requerimento. Até ao momento, não recebemos qualquer resposta. -----*

*Senhor Presidente da Mesa, não queremos ter de fazer queixa à CADA ou ao Ministério Público. Solicitamos, assim, que o Senhor Presidente da mesa diligencie no sentido da Câmara Municipal cumprir a legalidade, respondendo no tempo devido aos requerimentos apresentados.” -----*

*De seguida fez a leitura de uma **Recomendação** sobre o **Conselho Municipal de Segurança** anexa à presente ata como **Doc.5**. -----*

**O Senhor Membro Independente, Celestino Marques Neves**, começou por



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

dizer que em relação à Moção que “desapareceu”, na sessão de trinta de setembro, terá ficado a pairar no ar a suspeita de ter sido a Senhora Assistente Técnica que dá apoio à Assembleia que teria perdido a Moção. Embora já tenha explicado à D. Isabel Pereira e ao Senhor Presidente da Assembleia, gostaria de deixar claro que a referida Moção não desapareceu mas sim encontrava-se no meio dos seus papéis. -----

De seguida disse que ia entregar à Mesa uma **Moção “Exigir dos prestadores de serviços públicos o respeito pela saúde e o bem estar dos cidadãos e a salvaguarda da qualidade de vida e do ambiente”** anexa à presente ata como **Doc.6**, que tem a ver com a problemática da REN e das linhas de alta tensão. -----

Seguidamente fez a leitura de uma **Declaração/petição “Deputado da Assembleia Municipal de Valongo com obras ilegais em sua casa”**, anexa à presente ata como **Doc.7**. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal da CDU, Adelino Joaquim Machado Soares**, começou por dizer que pretendia colocar três questões. --- Primeiro, as portagens de Ermesinde, um processo que já deu origem a muitos protestos, ficando sempre dependente de uma decisão final que determine que nunca mais se paguem portagens em Ermesinde. ----- Disse de seguida que leu no Verdadeiro Olhar a frase: “*não há coragem política para reintroduzir as portagens em Ermesinde*”, frase atribuída ao Senhor presidente da Câmara. Perguntou se era verdade que o Senhor Presidente da Câmara disse essa frase e, se o disse, se está de acordo com a reintrodução das portagens. -----

Segundo, há vários anos que têm assistido a cortes de energia elétrica em vários arruamentos do concelho, perguntado se será a melhor solução, pois têm a informação de que com a diminuição da voltagem para metade mantendo a iluminação, poder-se-á obter a mesma poupança. -----

Terceiro, as várias reclamações acerca da falta de limpeza nos jardins em Ermesinde, essa situação deriva do atraso da assinatura dos acordos de execução, e de uma estratégia mal dirigida pela Câmara Municipal, perante esses atrasos; em que condições vão ser entregues os jardins à Junta de Freguesia de Ermesinde na medida em que, os valores estabelecidos no acordo prevêm uma situação de continuidade e um serviço normal, e não um serviço não acompanhado durante meses. -----

Quarto, obras na Ribeira da Gandra; existe um estaleiro que está a ser utilizado para colocação de entulho que está a causar graves problemas aos moradores devido à lama e sujidade que causa. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

De seguida entregou à Mesa uma **Moção “Sobre a proposta de Orçamento de Estado para 2015”**, anexa à presente ata como **Doc.8**. -----

A Senhora **Segunda Secretária, Ana Maria Martins Rodrigues**, fez a leitura da **Moção “Sobre a proposta de Orçamento de Estado para 2015”**, anexa à presente ata como **Doc.8**. -----

O Senhor **Primeiro Secretário, Joaquim Jerónimo Pereira**, fez a leitura da **Moção “Exigir dos prestadores de serviços públicos o respeito pela saúde e o bem estar dos cidadãos e a salvaguarda da qualidade de vida e do ambiente”** anexa à presente ata como **Doc.6**. -----

A Senhora **Membro do Grupo Municipal do PS, Catarina Maria Moreira das Neves Lobo**, começou por referir-se à visita efetuada pelos membros Assembleia Municipal ao Hospital de Valongo, acompanhados pelo Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar do São João que se demonstrou totalmente disponível para a iniciativa e para prestar informações sobre a implementação do Plano que o CA teve e tem para o Polo de Valongo. -----

De seguida solicitou ao Senhor Presidente da Câmara quais foram as diligências tomadas pela Comissão de Acompanhamento da Implementação do Plano Estratégico do Centro Hospitalar do São João para o Polo de Valongo, Comissão criada para acompanhar a implementação das opções estratégicas que forma apresentadas aquando do encerramento das urgências, em Valongo. -----

Lembrou, ainda, que a ARS Norte está em incumprimento face ao que ficou definido no acordo aquando do encerramento das urgências, com a necessidade premente de garantir uma resposta dos Centros de Saúde, cujo horário de funcionamento não abrange qualquer período noturno, e a urgência de avançar com os Centros de Saúde de Alfena e Campo, para melhorar efetivamente a qualidade das respostas a nível da saúde no concelho de Valongo. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do CDS/PP, Henrique Jorge Campos Cunha**, começou por dizer que relativamente à informação que lhes foi entregue sobre os processos que se encontram em Tribunal, documento que não teve oportunidade de analisar na totalidade, mas pelo que se apercebeu a situação é muito grave, e no caso de o Município perder a maior parte desses processos ficará numa situação de falência. -----

Disse de seguida que os moradores da Balsa, em Sobrado, fizeram chegar ao CDS/PP uma preocupação com a falta de passeios na Estrada Nacional 209, e dos acidentes que aí ocorrem, em especial no troço entre a Escola



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

EB1 e Jardim de Infância da Balsa, e o desvio para a serra da Agrela; não tem passeios e as bermas são demasiado estreitas ou nem sequer existem. - Existe um outro perigo associado à famosa curva da morte, em Sobrado, situada junto à rotunda do Ciclista, no final de uma reta, e causadora de muitas mortes uma vez os rails de proteção terminam antes do um acesso a um campo de cultivo. -----

Assim, gostaria de perguntar ao Senhor Presidente da Câmara se está previsto a construção de passeios entre a Escola da Balsa e o desvio para a Serra da Agrela, bem como a colocação de meios de redução de velocidade. Continuou dizendo que tem conhecimento que logo após as Eleições Autárquicas de 2013 a Câmara Municipal foi alvo de uma inspeção das Finanças, gostaria de saber se já existe algum resultado e em caso afirmativo qual. -----

Relativamente ao problema do campo de jogos do Ermesinde Sport Clube, que se arrasta desde o anterior mandato; na altura foram inscritos em orçamento trezentos mil euros, verba que na altura o CDS/PP achou exagerada dado existirem famílias no concelho a passar privações, mas na altura foi-lhes transmitido que tal verba se destinava ao cumprimento de um compromisso existente. Gostariam de saber qual o ponto de situação desse assunto, e se a Câmara está ou não interessada em solucionar o problema do Ermesinde Sport Clube. -----

De seguida fez a leitura de uma **Moção** sobre o **Conselho Municipal de Juventude** anexa à presente ata como **Doc.9**. -----

O Senhor **Membro Independente, Celestino Marques Neves**, questionou se a Moção sobre as Unidades de Saúde Familiar de Alfena e de Campo já mereceu alguma apreciação. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, disse que relativamente à Declaração/petição apresentada pelo Membro Celestino Neves o tratamento dado foi igual, para que não existe qualquer diferença, em relação aos Membros da Assembleia. -----

A posição por ele tomada e pela Mesa foi de considerar uma situação pontual, coisa que o membro Celestino Neves não referiu; em Conferência de Representantes o assunto foi também abordado e, de forma unanime, a opinião foi coincidente com a da Mesa. -----

A Senhora **Membro do Grupo Municipal da CDU, Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa**, disse que quando falou sobre as hortas biológicas faltou-lhe mencionar que a Câmara deve ter em atenção o que já foi feito pelas juntas de Freguesia. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Em Ermesinde, a Junta de Freguesia, tinha um local para implementação de uma horta, depois a Câmara foi alterar um jardim para criação de uma horta, agora já não vai ser no jardim vai ser noutra local; era importante que haja mais atenção àquilo que está a ser feito, e que os Órgãos não se atropelem!

O Senhor **Presidente da Câmara, José Manuel Pereira Ribeiro**, começou por dizer que relativamente à questão de como está organizado o desporto, colocada pela Membro Sónia Sousa, a Câmara organizou mais iniciativas do que no ano transato. Quanto à Carta Desportiva está a ser feito um levantamento, prevendo-se estar concluída durante o próximo ano. -----

Quanto à questão da água no pavilhão, tem a ver com um problema na bombagem da água, sendo que a sua reparação tem um custo de trinta mil euros, mas que vai ser resolvido. -----

Disse de seguida que relativamente às hortas biológicas, já havia uma horta em Ermesinde e que, a primeira horta do município nasceu em Valongo. -----

Quanto às hortas constata-se que muitas das pessoas que têm os talhões não os utilizam, o que não é a situação ideal, informando que os preços vão ser ajustados para valores mais baixos: o valor da água e o custo da manutenção. -----

Relativamente às questões colocadas pelo Membro Daniel Gonçalves informou que as respostas, embora com atraso, já foram dadas, no entanto iam solicitar que lhe fossem reenviadas. -----

Disse de seguida que quanto á intervenção do membro Adelino Soares sobre as portagens em Ermesinde, ele nunca defendeu a introdução de portagens em Ermesinde; a notícia da forma que foi escrita não informa mas sim desinforma, e não foi aquilo que ele disse. -----

Sobre a questão dos jardins era importante, todos, irem ao terreno ver o estado dos jardins pois o debate político ganharia muito. -----

Continuou dizendo que relativamente à questão colocada pela Membro Catarina Lobo sobre a Comissão de Acompanhamento, houve duas reuniões. A Comissão foi criada no seguimento do encerramento da urgência no Hospital de Valongo de forma a acompanharem a implementação do plano estratégico para o Polo de Valongo. -----

Informou, ainda, que um conjunto de compromissos por parte do Hospital estão cumpridos, falta a questão do Centro da Hemodiálise, o primeiro centro público, mas que tem sido um braço de ferro porque é uma decisão que colide diretamente com interesses privados. -----

Do ponto de vista dos compromissos da ARS não foram cumpridos nenhum dos compromissos; a questão dos Centros de Saúde de Alfena e de Campo



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

está na mesma, o alargamento do horário dos Centros de Saúde na rede de cuidados primários está na mesma, situações que dependem da ARS e do governo. -----

Quanto às questões colocadas pelo Membro Campos Cunha, em relação à segurança rodoviária a Estrada 209 é da responsabilidade das Estradas de Portugal, que já avançaram com uma intervenção naquela via; quanto à curva da morte os serviços já contactaram o proprietário do terreno e não tem havido grande abertura por parte deste. -----

Sobre a auditoria que a Inspeção geral de Finanças está a fazer à Câmara Municipal, aos anos 2009,2010, 2011, 2012 e 2013, ainda não receberam o relatório final embora, em conversa com o inspetor e com a equipa ficaram preocupados mas, de momento, estão a aguardar os resultados dessa auditoria. -----

Disse de seguida que sobre o campo do Ermesinde 1936 Sport Clube, é uma matéria que os preocupa. -----

O campo de Sonhos foi um equipamento do Clube durante sessenta anos, que serviu para o futebol e, em 2000, por má gestão do clube, foi a hasta pública e adquirido por trezentos mil euros, por um privado, quando a Câmara poderia ter adquirido o campo por trezentos e um, ou trezentos e dois mil euros e o problema estava resolvido. -----

No mandato anterior surgiu uma proposta, aprovada pela Câmara, onde se trocava o campo de Sonhos pelo Complexo Desportivo Montes da Costa e mais trezentos mil euros, proposta que não foi assinada por nenhuma das partes, o terreno do Montes da Costa foi expropriado pela Câmara para ser de utilização pública. -----

Quando encontraram o processo por assinar chamaram o proprietário do campo de Sonhos e colocaram em cima da mesa uma nova proposta, na sua opinião mais justa, pelo mesmo valor económico da anterior, mantendo os Montes da Costa na propriedade da Câmara; ofereceram os trezentos mil euros e dois terrenos em Valongo onde poderia ser colocada a hipoteca do campo de Sonhos. Numa primeira fase o proprietário acatou bem a solução, mas passados alguns dias desmarcou a visita aos terrenos e deixou de haver diálogo; inclusive receberam uma carta do advogado informando que não há diálogo e que o proprietário do campo de Sonhos pretende um milhão de euros, valor que a Câmara não tem condições para assumir. -----

Terminou dizendo que a Câmara está disponível para ajudar o Clube dentro da legalidade. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro,**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

colocou à consideração da Assembleia a continuação do período Antes da Ordem do Dia no fim do Período da Ordem do Dia, sendo aprovado por unanimidade. -----

O Senhor **Vereador do PSD/PPM, João Paulo Rodrigues Baltazar**, em defesa da honra disse quando o Senhor Presidente tomou posse, uma semana antes conversaram e foi-lhe explicado o ponto de situação do processo, em que era necessário uma reavaliação do IMI do terreno dos Montes da Costa, porque o proprietário para poder concluir o acordo tinha que passar uma hipoteca voluntária que tinha sobre o terreno do estádio de Sonhos para o novo terreno. -----

De acordo com o ponto de vista das finanças esse terreno estava subavaliado e não era possível passar a hipoteca de um terreno para o outro, portanto assim que fosse feita a reavaliação para efeitos de IMI, que beneficiaria o Município porque cobraria mais impostos sobre o terreno e havia condições para o fazer. -----

O Senhor **Presidente da Câmara, José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que iria fazer chegar aos Membros da AM o alerta que o Senhor Vereador Sérgio Sousa fez relativamente à existência de um ônus sobre o terreno dos Montes da Costa, bem como uma cópia do processo de expropriação dos Montes da Costa para se perceber que, juridicamente, não era possível. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à discussão a ata de 30-09-2014. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PSD/PPM, Daniel Torres Gonçalves**, entregou à Mesa as seguintes propostas de alteração à ata número dez e ata número onze: -----

- **Proposta de alteração** à ata número dez anexa à presente ata como **Doc.10**. -----

- **Proposta de alteração** à ata número onze anexa à presente ata como **Doc.11**. -----

O Senhor Primeiro Secretário, Joaquim Jerónimo Pereira, fez a leitura da **Proposta de alteração** à ata número dez anexa à presente ata como **Doc.10**. -----

O Senhor **Membro Independente, Celestino Marques Neves**, disse que na página quinze a sua intervenção relativamente aos SMAES não está clara, e deveria ficar: *“percebia mas criticava a extinção face à ausência de ...”*. -----  
Na página dezassete, no parágrafo um, deve constar: *“não se conhece o sucedido deste órgão”*. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

colocou à **votação** a ata do dia 30-09-2014, com as alterações solicitadas, sendo **aprovada por maioria** com 3 abstenções em virtude dos Membros não terem estado presentes na reunião. -----

De seguida colocou á discussão a ata do dia 08-10-2014. -----

O Senhor **Primeiro Secretário, Joaquim Jerónimo Pereira**, fez a leitura da **Proposta de alteração** à ata número onze anexa à presente ata como

**Doc.11**. -----

O Senhor **Membro Independente, Celestino Marques Neves**, solicitou a correção, na página dez da palavra sessão, que se encontrava mal escrita. ---

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à **votação** a ata do dia 08-10-2014, com as alterações solicitadas sendo **aprovada por maioria** com 6 abstenções em virtude dos Membros não terem estado presentes na reunião. -----

De seguida colocou à discussão o ponto 2.1 Fixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), referente ao ano 2015, a aplicar aos valores patrimoniais dos prédios urbanos; -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do BE, Nuno António dias Monteiro**, disse que no ano passado discutiram e fixou-se um valor; na altura eram da opinião que se deveria ir mais longe, pois dada a crise que se vive, a população merecia um maior esforço que se diminuir o IMI. -----

Disse de seguida que pelo conhecimento que tem, nos últimos dois anos com as alterações que foram feitas ao IMI, a Câmara Municipal estará a receber um valor mais elevado do que há três ou quatro anos, devido à alteração do valor patrimonial dos edifícios. -----

Assim, devido à crise a Câmara deveria diminuir mais o IMI, pois os munícipes mereciam esse esforço. -----

A Senhora **Membro do Grupo Municipal da CDU, Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa**, disse que verificaram que a receita do IMI é negativa, mas questionava porque o comparativo não foi feito com 2012 e foi feito com 2013. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do CDS/PP, Henrique Jorge Campos Cunha**, disse que o CDS/PP é a favor de uma diminuição da taxa do IMI para os 0,3. -----

Disse de seguida que têm a noção que à Câmara de Valongo, dada a sua situação, não lhe seja possível a aplicação do valor mínimo da taxa, defendendo que passe a haver uma gestão controlada das despesas municipais a fim de permitir a descida da taxa nos próximos orçamentos. -----

O Senhor **Presidente da Câmara, José Manuel Pereira Ribeiro**, começou



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

por dizer que o IMI é uma das receitas mais relevantes no orçamento da Câmara Municipal. -----

Informou que este ano, provavelmente, irão arrecadar menos um milhão de euros e, no âmbito do PAEL há o compromisso de não reduzir, portanto a margem que existe para mexer nos impostos é muito reduzida. -----

Disse de seguida que relativamente à questão da comparação com 2013 tem sido a técnica utilizada; é com base no ano anterior que constroem o orçamento. -----

Na deliberação incluíram a variação negativa de novecentos e seis mil euros porque tem a ver com o processo de avaliação; havia a expectativa que a reavaliação do património iria gerar mais receitas, o que não aconteceu. -----

De seguida pediu autorização para a Chefe de Divisão dar uma informação. – A Senhora **Chefe de Divisão, Ana Maria Santos**, disse que a comparação tem a ver com a avaliação. Estava previsto que, com a avaliação, iria haver um aumento da receita do IMI e, pela documentação recebido por parte da Autoridade Tributária houve uma diminuição de novecentos e seis mil euros.

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação o ponto 2.1 Fixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), referente ao ano 2015, a aplicar aos valores patrimoniais dos prédios urbanos, sendo **aprovado por maioria**, com a seguinte votação: -----

**Votos a Favor:** 16 votos a favor, sendo: 12 votos do Grupo Municipal do PS, 1 do Grupo Municipal do CDS/PP, 1 do Membro Independente Celestino Marques Neves, 1 do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena Arnaldo Pinto Soares e um do Presidente de Junta da Freguesia de Campo e Sobrado Alfredo costa Sousa. -----

**Abstencões:** 15 abstencões, sendo: 10 abstencões do Grupo Municipal do PSD/PPM, 3 do Grupo Municipal da CDU, 1 abstencão do Grupo Municipal do BE e 1 abstencão do Presidente de Junta da Freguesia de Ermesinde Luís Miguel Mendes Ramalho. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à discussão o ponto 2.2 Participação variável no IRS a aplicar aos rendimentos do ano 2015. -----

O Senhor **Presidente de Junta da Freguesia de Ermesinde, Luís Miguel Mendes Ramalho**, disse que para o cálculo a fundamentação na informação técnica para a participação variável do IRS é usado o fundamento da receita do IMI, e, para ele, o que faz sentido é que seja com base na matéria coletável do rendimento bruto. -----

O Senhor **Presidente da Câmara, José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

a fundamentação tem a ver com o facto de a Câmara estar apertada sob o ponto de vista das receitas: a comparticipação do Fundo de Apoio Municipal e o PAEL e a fundamentação tem a ver com aquilo que são o comportamento das receitas. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação o ponto 2.2 Participação variável no IRS a aplicar aos rendimentos do ano 2015, sendo **aprovado por maioria** com a seguinte votação: -----

**Votos a Favor:** 19 votos a favor, sendo: 12 votos do Grupo Municipal do PS, 3 do grupo Municipal da CDU, 1 do Grupo Municipal do CDS/PP, 1 do Membro Independente Celestino Marques Neves, 1 do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena Arnaldo Pinto Soares e um do Presidente de Junta da Freguesia de Campo e Sobrado Alfredo Costa Sousa. -----

**Abstencões:** 12 abstencões, sendo: 10 abstencões do Grupo Municipal do PSD/PPM, 1 abstencão do Grupo Municipal do BE e 1 abstencão do Presidente de Junta da Freguesia de Ermesinde Luís Miguel Mendes Ramalho. -----

De seguida colocou à discussão o ponto 2.3 Orçamento, grandes opções do plano, mapa de pessoal da Câmara Municipal e plano de atividades e orçamento da Vallis Habita, para o ano 2015. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PS, Diomar da Silva Ferreira dos Santos**, solicitou que fosse separado o orçamento da Vallis Habita. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, informou que o documento não pode ser discutido e votado separadamente

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do BE, Nuno António Dias Monteiro**, disse que, todos os anos, é difícil fazer uma avaliação correta, pois existem muitas rubricas que dificultam a análise e, na sua opinião, o documento deveria o mais claro possível para que não haja dúvidas. -----

Em relação ao urbanismo não sabe se, neste momento, há necessidade de se fazerem tantos estudos. -----

Quanto à Ação Social, no ponto relacionado com o plano de emergência alimentar, fornecimento de refeições, tem um valor de cento e trinta mil euros; logo a seguir tem um fundo de emergência social que parece colidir um com o outro fundo; quais são os critérios de atribuição desse fundo? -----

Relativamente ao edifício Dr. Faria Sampaio, em Ermesinde, é necessário fazer obras naquele espaço, no entanto fala-se em obras mas não se sabe qual será a sua função. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PS, Diomar da Silva Ferreira**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

**dos Santos**, começou por dizer que as prioridades da Vallis Habita e da Câmara, ainda, não podem estar expressas no plano de atividades, tais como: a construção de novas habitações para satisfazer pedidos; a reabilitação do parque habitacional especialmente os imóveis de propriedade da Câmara, que se encontram degradados. -----

Com o congelamento dos programas habitacionais públicos para aquisição e reabilitação dos empreendimentos sociais, o fim das participações a fundo perdido para realização de investimento nessa área, obriga as autarquias e as empresas municipais a recorrer a empréstimos e capitais próprios caso queiram intervir nos seus parques habitacionais. Face a lei vigente a Câmara Municipal de Valongo e a Vallis Habita têm de cumprir regras muito apertadas em relação ao endividamento uma vez que os seus limites são muito apertados. -----

Assim, resta-lhes o recurso aos capitais próprios e às receitas geradas pelas rendas, que não chega para cobrir todas as necessidades existentes. -----

Disse de seguida que caso não houvesse subsídio de arrendamento, o valor das rendas técnicas para os catorze empreendimentos, propriedade da Câmara, seria de dois milhões e quinhentos mil euros, o valor emitido aplicando, e bem, o regime de renda apoiada é de quatrocentos e trinta mil euros, assim a Câmara subsidia anualmente cerca de dois milhões de euros, mais cerca de oito mil e quinhentos euros em despesas de saúde para os moradores mais idosos e mais pobres. -----

Para os três empreendimentos da Vallis Habita o valor das rendas técnicas, caso fossem emitidas, seria de um milhão e seiscentos mil euros, o valor real é de quatrocentos mil euros, sendo o subsídio da renda concedido pela empresa de cerca um milhão e duzentos mil de euros, e cerca de sete mil euros em despesas de saúde. -----

Assim, estão a falar de um subsídio total de cerca de três milhões e duzentos mil euros, ao que acresce quinze mil e quinhentos euros para sortear despesas de saúde, mais a dívida habitacional de cerca de quinhentos mil euros. -----

Uma das principais prioridades de atuação da Vallis Habita será o apoio social aos moradores, especialmente às crianças, jovens e idosos, destacando, ainda, a parceria com a Câmara Municipal e outras entidades no projeto de casa de proteção e transição para vítimas de violência doméstica, situação que a Câmara recorreu à Vallis Habita para a sua concretização, designadamente através de obras de reabilitação de dois fogos inseridos no empreendimento do Outeiro do Linho, em Valongo. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Disse, ainda, que para esse projeto foram tidas em consideração eventuais parcerias de acompanhamento e contributo como a Santa Casa da Misericórdia de Valongo com o fornecimento de refeições, o Centro Social de Ermesinde para o tratamento de roupas de cama e atalhados, os supermercados locais para fornecimento e alimentos e produtos de limpeza e higiene, a Vallis Habita através da manutenção; o Município de Valongo suporta os custos relativos aos contratos de fornecimento de água, luz e gás. O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PSD/PPM, Daniel Filipe Alves Felgueiras**, fez a leitura de um **documento** que se anexa à presente ata como **Doc. 12.** -----

A Senhora **Membro do Grupo Municipal do PS, Catarina Maria Moreira das Neves Lobo**, fez a leitura de uma **Declaração de Voto** que se anexa à presente ata como **Doc.13.** -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do CDS/PP, Henrique Jorge Campos Cunha**, começou por dizer que tendo o PS ganho as eleições autárquicas é dele a responsabilidade de apresentar o plano e orçamento; não tendo ganho com maioria cabe-lhe dialogar e acolher as sugestões dos partidos existentes no concelho. -----

Disse de seguida que se trata de um orçamento de trinta e dois milhões de euros, muito diferente de anteriores orçamentos superiores a oitenta milhões de euros, apresentados no passado. -----

As receitas da Câmara são essencialmente de dois tipos: impostos diretos, IMI, imposto de circulação, derrama e IMT, e das transferências da Administração central. -----

O IMI representa cerca de 28% e os restantes impostos representam 16% das receitas do Município ou seja, desta forma percebe-se o esforço contributivo que se pede aos munícipes de Valongo na participação das receitas da Câmara. -----

Disse de seguida que o CDS tem defendido que o IMI deve ser um imposto com taxa variável, tendo em atenção a dimensão do agregado familiar, bem como o IMI deverá tender para a taxa mínima de 0.3%. -----

O CDS entende que deve imperar um clima de contenção fiscal nos restantes impostos sobre as famílias e tecido económico. Assim, defendem que a derrama pode ser usada para a resolução de problemas relacionados com a instalação de empresas no concelho e deverá ser diminuída ao longo dos próximos anos até à sua anulação. -----

Continuou dizendo que relativamente à despesa e à forma como ela se distribui, o CDS sempre defendeu a importância das associações sejam elas



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

de caráter desportivo, cultural e recreativo, nas dificuldades que as famílias atravessam. Entre as verbas para o desporto e as verbas para o apoio social defendem preferencialmente o aumento das últimas; no orçamento, as verbas para as atividades desportivas são maiores que as verbas para a ação social, descontando as que se destinam às refeições escolares, situação que deve ser invertida. -----

O Senhor **Presidente de Junta da Freguesia de Ermesinde, Luís Miguel Mendes Ramalho**, começou por dizer que é inegável que estão, todos, a atravessar uma situação financeira perturbadora, e o Município não é exceção; como disse o Membro Campos Cunha passaram de orçamentos de noventa milhões euros para orçamentos de trinta e um milhões de euros; situação que tem de ser mantida por força do empréstimo que foi concedido para estabilizar a situação financeira do Município. -----

No entanto, quando o dinheiro é pouco a única alternativa que resta é rentabilizar o que têm, e há opções com as quais podem não concordar com elas mas devem ser solidários porque as entendem. Mas, há outras que não percebem. -----

Disse de seguida que, aquando da preparação do documento em análise, foi pedido à Junta de Freguesia de Ermesinde que reunisse com o executivo Municipal para discutir o documento, chegando à situação de ter o Senhor Presidente da Câmara a concordar com certas medidas e o Senhor Vice Presidente da Câmara a dizer que não, e contrariando aquilo que tinha sido a posição do Senhor Presidente da Câmara, nomeadamente no desdobramento de algumas rubricas para que fossem assumidos compromissos com a Assembleia e com a população. -----

Continuou dizendo que a rubrica que está destinada a equipamentos desportivos não referenciava nenhum dos equipamentos, ou seja, podiam ser cento e vinte mil euros para as piscinas, podia ser para o Estádio de Sonhos, podia ser para o Complexo Desportivo Montes da Costa; quando questionado o Senhor Presidente da Câmara explicou que estariam acautelados os cem mil para pagamento faseado do compromisso que a Câmara estaria disponível a assumir. Saiu de lá convencido que não iria fazer esses desdobramentos, no entanto verificou que excederam em 50%, porque naquela reunião o compromisso seria: cento e trinta mil euros, sendo, cem mil para o Estádio de Sonhos, vinte mil para o Complexo Desportivo Montes da Costa e dez mil para outros problemas. -----

Depois, quando vê o documento verifica que constam duas rubricas que referenciam Ermesinde em que saltam à vista, a obra de requalificação da



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

chaminé do Parque Urbano, e centro e trinta e cinco mil euros para a requalificação do corpo B do edifício Dr. Faria Sampaio. -----

Relativamente ao edifício Dr. Faria Sampaio, pelo que sabe, a Câmara continua a aguardar que a EDC decida se tem condições para ocupar o edifício e, na sua opinião - já que só têm trinta e dois milhões de euros no orçamento - seria preferível baixar o valor da renda e ficar o inquilino responsável por fazer a obra. -----

Entretanto, lamenta que para as piscinas de Ermesinde, o equipamento com maior rentabilidade no concelho, o investimento seja zero; na reunião que houve o Vereador do Desporto disse que estava a aguardar uma candidatura para a substituição do amianto, sendo que nas piscinas de Ermesinde é recorrente a falta de luz nos balneários, os autoclismos partidos, e continua-se sem qualquer investimento previsto, mesmo tratando-se de um equipamento que merece uma intervenção. -----

Disse de seguida que a ligação da via do Centro Escolar Mirante de Sonhos ao empreendimento habitacional é a única possibilidade dos moradores da zona terem acesso ao transporte público. -----

O Senhor **Presidente de Junta da Freguesia de Alfena, Arnaldo Pinto Soares**, começou por dizer que para Alfena não existe a preocupação com estádios, pavilhões, relvas, porque Alfena não tem nada, nunca foi construído nada, em termos desportivos. -----

Disse de seguida que, entretanto, a Câmara esqueceu-se do Club Alfenense, que é fruto da capacidade deles e com o apoio do poder municipal, mas esquecem-se que se paga a água, luz e é necessário fazer manutenção e, quando se trata se trata de fazer a distribuição quase se ignora esse facto. --- Lamentou que relativamente à reunião que houve com o executivo, não foi lá fazer nada, porque a Junta pediu para mudar algumas coisas, e não os ouviram, deixando tudo tal como estava. -----

Disse de seguida que não considera justo que coloquem a Rua de Cabeda no investimento de Alfena, pois é uma via estruturante; na altura, pediu por ser uma necessidade para a Rua de Vilar, via utilizada diariamente pelos alfenenses e que está em muito mau estado. Lembrou a Rua de S. Vicente, onde não tem havido grandes acidentes mas os amortecedores dos carros sentem-se. -----

Continuou dizendo que existem aspetos positivos no orçamento como: a construção da Oficina do Brinquedo Tradicional Português. -----

A Senhora **Membro do Grupo Municipal da CDU, Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa**, começou por elogiar a intervenção do Membro



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Diomar Santos, referindo que considerou a mesma muito relevante e elucidativa, mas que na opinião da CDU esta deveria ter sido realizada pela Vereadora responsável pelo Pelouro da Habitação. -----

De seguida perguntou se era verdade que a Vallis Habita tem um saldo positivo de um milhão de euros. -----

De seguida fez a seguinte intervenção: -----

*“A adesão do Município em 2012 ao programa da autoria do então Ministro Miguel Relvas designado de Programa de Apoio à Economia Local, com os votos de PSD, CDS e PS, significou um sério comprometimento da capacidade da autarquia responder aos problemas do concelho e a assunção de objetivos de redução de funcionários, mais externalizações e privatizações. A proposta em apreço parte do elogio a esta grave opção de fundo e estrutura-se na base do seu cumprimento cego e acrítico. -----*

*Prevê-se para 2015 uma nova redução do investimento, desta feita na ordem dos 2,53%, que se soma a reduções anteriores em 2012, 2013 e 2014. Se analisarmos a evolução do Orçamento nos últimos 5 anos, incluindo a proposta para 2015, concluímos que este se reduz em quase 58%. As Grandes Opções reduzem-se em quase 80%. Os Planos Plurianuais de Investimento reduzem-se em mais de 90%. E as Atividades Mais Relevantes sofrem cortes de cerca de 50%. -----*

*Mais do que rigor orçamental, o que estas reduções significam é uma Câmara Municipal com menos atividade e com uma resposta ainda pior perante os muitos problemas existentes. -----*

*Num quadro em que a resolução da complexa situação financeira em que o Município se encontra passa necessariamente pela reversão, ainda que faseada e prolongada no tempo, dos diferentes serviços e equipamentos privatizados nos anteriores e no atual mandato, o PS insiste na mesma lógica de esvaziamento dos meios próprios da autarquia seguida anteriormente pela coligação PSD/CDS. A concretização de uma nova redução de pessoal, a par com um número crescente de serviços externalizados, confirma também isso mesmo. -----*

*A definição de uma verdadeira estratégia política e orçamental alternativa pressupõe uma clarificação rigorosa sobre a situação financeira do Município, quer ao nível das dívidas existentes, quer ao nível das dívidas que possam resultar de litígios judiciais e jurídicos, incluindo com concessionárias de serviços privatizados. Neste sentido, o bloqueio que o PS e José Manuel Ribeiro têm levado a cabo à realização da Auditoria proposta pela CDU constitui uma séria limitação à existência de uma informação transparente*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

sobre a situação financeira da Câmara. -----  
Para a habitação social mantém-se apenas a verba simbólica de 50 000€, idêntica ao valor inscrito em 2014, apesar dos sérios problemas estruturais e da falta de manutenção que vários dos bairros municipais apresentam. Deve-se referir ainda que, segundo os serviços municipais, existe uma fila de espera para obtenção de habitação social de 950 famílias do concelho. -----  
Depois de ter sido garantido pelo PSD e pelo PS que este importante edifício seria destinado a uma empresa estrangeira, que iria realizar um investimento significativo no concelho, gerador de centenas de postos de trabalho, constatamos que tal ainda não se verificou. A proposta de documentos provisionais estima gastar 135 mil € neste edifício sem explicar em que ponto se encontra o referido negócio ou outras alternativas a concretizar. -----  
Sem uma explicação cabal, é questionável que o valor previsto a gastar no Edifício seja 63% superior ao orçado para ser gasto no parque de habitações de arrendamento social, composto por 10 pavilhões polidesportivos, 15 espaços de lazer, 15 salas de condomínio, 1114 frações, distribuídas por 18 bairros, nos quais se estimam que vivam cerca de 3500 pessoas. -----  
Apesar de todas as queixas que existem em relação ao atual estado da limpeza da via pública em vários pontos do concelho, se incluirmos as verbas previstas a pagar à Rede Ambiente e as novas transferências às Juntas de Freguesia, verifica-se um aumento de custos na ordem dos 46 mil euros. Por outro lado, prevê-se gastar mais cerca de 91 mil euros em refeições escolares decorrentes da contratação da ITAU em alternativa a instituições sociais do concelho. O dispêndio de 166 mil euros em Pareceres e Consultadorias, apesar de ser um valor inferior a anos anteriores, continua a ser um valor excessivo, sobretudo tendo em conta a situação financeira do Município de Valongo. -----  
No documento há ausência de qualquer referência aos mercados de Ermesinde e de Valongo, este facto indica que a maioria PS/José Manuel Ribeiro pretende continuar parada perante o definhamento destes mercados, com todas as consequências negativas daí decorrentes para a economia local. -----  
Há muito que se discute a mudança de localização desta feira. Há compromissos do PS neste sentido. A inscrição de mil euros com este fim na proposta de Orçamento aponta para que esta questão continue por resolver no próximo ano. -----  
Urge que se concretize uma das promessas do PS - a criação da carta desportiva do concelho. Sem este documento não é possível apresentar propostas fundamentadas com vista ao desenvolvimento de uma rede hierarquizada de infraestruturas que seja o suporte de uma oferta desportiva, diferenciada e de qualidade, que responda às reais necessidades da população e do movimento associativo. Neste âmbito podem ser



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

*enquadrados os campos desportivos de futebol dos clubes de Campo, Ermesinde e Sobrado, cujas situações problemáticas devem ser consideradas com critérios claros e transparência, assim como a possibilidade de reabertura de piscinas encerradas no final do mandato anterior. -----*

*São inúmeros os problemas relacionados com a degradação de muitas vias no concelho. As obras previstas neste âmbito estão muito longe de corresponder a uma resposta capaz à situação existente. -----*

*É necessário que a Câmara mobilize esforços na despoluição destes dois rios do concelho, envolvendo outros municípios neste sentido. Nos termos da proposta de Orçamento para 2015, pouco mais há do que pequenas intervenções incapazes de resolver os problemas de fundo. A alusão da Aldeia de Couce nas Aldeias de Portugal, por si só, não é suficiente para atrair turistas a Valongo, se ao chegarem ao local depararem-se com um rio sujo. -----*

*Apesar de ter acordado com representantes dos trabalhadores o horário das 35h, alegando pretextos jurídicos que outros municípios já demonstraram não serem incontornáveis, continua a praticar as 40h, de acordo com as intenções do Governo PSD/CDS. -----*

*As tentativas de recurso ao financiamento comunitário para proceder a investimentos relacionados com a aquisição do Edifício dos Bombeiros de Valongo, para a promoção de especificidades locais como o Biscoito e a Regueifa, entre outros, são diligências positivas associadas a projetos que se podem revelar importantes para Valongo. No entanto, importa questionar se outros investimentos necessários, como por exemplo a requalificação de mercados municipais e na melhoria do Meio Ambiente, não podem também ser objeto procura de financiamento comunitário. -----*

*Em conclusão, a proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano do Município de Valongo para 2015 representa apenas mais do mesmo que tem vindo a ser feito, com tantos resultados negativos. Trata-se de uma proposta que mantém as principais orientações estratégicas que vinham da gestão PSD/CDS e que confirmam a escolha da nova maioria PS/José Manuel Ribeiro em concretizar políticas de direita. Assim, a CDU votará contra estas propostas.” -----*

O Senhor **Presidente de Junta da Freguesia de Campo e Sobrado, Alfredo Costa Sousa**, disse que o preocupa o facto do investimento para Campo e Sobrado ser fraco, preocupa-o aliás o nível de investimento em todo o concelho ser baixo em todas as verbas do plano e orçamento. Mais



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

ainda, em anos anteriores quando os orçamentos eram de oitenta e noventa milhões de euros, esse investimento não se tivesse sentido em Campo e Sobrado. -----

Disse de seguida que estão a discutir o plano e orçamento para 2015, e espera que no futuro se lembrem de Campo e Sobrado; necessita de muito investimento estratégico e também de uma piscina. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PS, Diomar da Silva Ferreira dos Santos**, começou por dizer que a Vallis Habita tem dinheiro só que, não o podem aplicar nos empreendimentos que são propriedade da Câmara. -----

Disse de seguida que a solução poderá passar pela transferência dos empreendimentos propriedade da Câmara para a Vallis Habita. -----

A Vallis Habita trata dos três empreendimentos habitacionais que são sua propriedade, de uma forma diferente do património da Câmara que é tratado ao nível de pequenas reparações. -----

Portanto, se conseguirem transferir o património da Câmara para a Vallis Habita o tipo de investimento seria completamente diferente. -----

A Senhora **Membro do Grupo Municipal da CDU, Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa**, disse que não compreendia a razão pela qual Vereadora da Habitação se mantinha em silêncio relativamente à Vallis Habita. -----

Disse de seguida que se trata de uma empresa municipal que tem de ser fiscalizada pela Câmara, e o que faz tem que ser sob as linhas orientadoras da Câmara. -----

O Senhor **Presidente da Câmara, José Manuel Pereira Ribeiro**, começou por dizer: o PAEL obriga a uma redução de 2%, no investimento global em 2015 e isso tem que ser respeitado pois, caso contrário, o Estado corta a receita. -----

Seguidamente disse que, com todo o respeito percebia, quem seja comunista mas que estão num regime em que não podem rasgar contratos. Se vierem a ser um regime totalitário, provavelmente será possível mas, enquanto viverem numa democracia têm de respeitar os contratos.-----

Disse de seguida que isso condiciona a atuação do executivo; não é o quadro que desejam, gostava de ter mais meios, mas é aí que está o desafio da gestão, gerir a escassez. -----

Trata-se de um orçamento rigoroso, realista, com preocupações sociais, ao contrário do que foi dito, incluíram no relatório uma explicação daquilo que são as verbas, como: -----

Um milhão e duzentos mil euros em encargos de instalações; -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Um milhão e quatrocentos e cinquenta e dois mil euros em limpeza e higiene;  
Um milhão e duzentos e sessenta mil euros o custo das toneladas de resíduos que se queimam na Lipor 2; -----  
Um milhão e seiscentos e trinta e três mil no fornecimento de refeições nos estabelecimentos escolares: -----  
Cento e trinta mil euros para o plano de emergência de apoio alimentar; -----  
Um milhão e cento e cinquenta mil para iluminação pública a que se juntam mais oitocentos mil euros no restante edificado; -----  
Estes valores perfazem cerca de seis milhões de euros. -----  
Continuou dizendo que se trata de um orçamento pensado para um período de quatro anos, sendo o primeiro ano para perceber como é que se comporta a máquina administrativa e quais são os reais problemas. -----  
Nos seguintes três/quatro anos serão analisadas questões como a consolidação do território, a melhoria contínua, um conjunto de investimentos que estão em curso, a desmaterialização, a abertura de Espaços Cidadão e uma Loja Cidadão em Ermesinde, o fundo de emergência, a resolução do transporte para a escola do Lombelho, cinco mil euros para atividades educativas, a maximização da gestão dos recursos financeiros através das candidaturas aos fundos comunitários. -----  
Realçou a aposta nas marcas, desde as serras e rios, a ardósia, o património religiosos e mineiro, o brinquedo tradicional e ainda, a regueifa e o biscoito, a Bugiada e Mouriscada e as marcas desportivas. -----  
Relativamente à piscina na freguesia de Campo e Sobrado é uma questão que está a ser estudada para uma melhor forma de resolver a situação, pois, na sua opinião, faz sentido que exista, pelo menos, uma piscina na freguesia. Relativamente à questão da reversão da privatização, colocada pela Membro Sónia Sousa, informou que não existem privatizações em Valongo; se está a falar do fornecimento de refeições e recolha de resíduos sólidos, trata-se de uma aquisição de serviços e não privatização. -----  
Quanto à da avaliação do risco financeiro informou que está a ser elaborado um documento que será enviado para os Autarcas com a avaliação do risco financeiro. -----  
Disse de seguida que vão ter que pagar oitenta mil euros relativamente a uma expropriação; pagaram cento e trinta e nove mil euros devido ao esquecimento de denúncia do contrato de arrendamento do antigo Tribunal. – Relativamente à auditoria encontra-se inscrita no orçamento uma verba de cinquenta mil euros para esse fim. -----  
Continuou dizendo que vão gastar mais dinheiro com as refeições escolares,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

isto porque o contrato do concurso público internacional não previa o fornecimento - no âmbito do plano das refeições de emergência - de pão e fruta, estão a falar de cento e oitenta pessoas que diariamente recebem ajuda e, numa refeição deve contar o pão e a fruta, o que vai custar trinta e um mil euros. -----

Em relação às trinta e cinco horas, manteve as trinta e cinco horas enquanto foi possível. -----

Quanto à intervenção do Presidente de Junta de Alfena, disse que percebe as suas palavras, bem como estão disponíveis para construir e deixar obra em Alfena. -----

Disse de seguida que sobre a questão do arrendamento do edifício Dr. Faria Sampaio, em Ermesinde à EDC, o contrato promessa termina em dezembro, sendo que o contrato está dependente de financiamento comunitário e, face ao atraso, não podem estar eternamente à espera. -----

Informou, ainda, que o corpo B do edifício Dr. Faria Sampaio está por concluir, um edifício que custou milhões e nunca foi rentabilizado; mostraram o edifício a um banco e a uma empresa e estes, quando se deparam com o edifício por terminar deixam de ter interesse no espaço. -----

Quanto aos cento e trinta e cinco mil euros é o que custa para concluir os pisos do edifício Dr. Faria Sampaio de forma a torná-lo mais atrativo e competitivo. -----

Relativamente à questão do baixo investimento, não corresponde à verdade, pois quando terminar o ano e tiverem o primeiro exercício de contabilidade analítica vão verificar que o investimento feito pela Câmara não é assim tão baixo. -----

A questão das verbas do desporto serem maiores do que as da educação; existe um problema que é incontornável pois o Município tem uma grande carência de equipamentos desportivos, problema que estão a tentar colmatar. Seguidamente a derrama representa cerca de um milhão e trezentos mil euros, receita da qual não podem abdicar, sem a qual a Câmara entraria em rutura financeira. -----

O orçamento tem um esforço muito grande com as transferências para as juntas de freguesia, situação que resulta da lei, e também, da vontade política de descentralizar, tratando-se de um valor de cerca de oitocentos mil euros por ano. -----

Disse, ainda, que o exercício tem uma estratégia subjacente: o concelho de Valongo tem especificidades e têm que agarrar as oportunidades que o novo quadro comunitário oferece. Em Valongo, provavelmente, existe o maior



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

complexo mineiro subterrâneo e romano do mundo; embora não seja possível visitá-lo em termos turísticos; a questão da ardósia, a panificação, o brinquedo, as bugiadas e mouriscadas, as serras. -----

Dentro de dez a quinze anos o concelho de Valongo poderá ter uma visibilidade que não tem hoje. -----

Informou que foi solicitado aos serviços quanto dinheiro seria necessário para fazer obras nas vias e arruamentos, para fazer obras nas escolas, designadamente coberturas e, só para as coberturas nas escolas necessitam de cinco milhões de euros; para as vias e arruamentos sete milhões de euros. -----

Portanto, ao nível rodoviário e arruamentos estão a aplicar cerca de setecentos mil euros este ano, setecentos mil euros no próximo ano, setecentos mil nos anos seguintes, ou seja cerca de dois milhões de euros. --

A Senhora **Membro do Grupo Municipal da CDU, Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa**, disse que o PCP é um partido que não defende um regime totalitário, bem como respeita os contratos assumidos, tal como pode ser observado nas Câmaras que são governadas pela CDU.-----

A Senhora **Vereadora eleita pelo PS, Luísa Maria Correia de Oliveira**, começando por dizer que se a Membro Sónia Sousa tinha alguma coisa a opor quanto à proposta apresentada pelo Membro Diomar Santos, deveria tê-lo feito na altura, pois ela na qualidade de Vereadora e, de acordo com o Regimento, não poderia fazê-lo. -----

A Senhora **Membro do Grupo Municipal do PSD/PPM, Rosa Maria Sousa Martins Rocha**, disse que a intervenção do Membro Diomar Santos foi uma completa ilegalidade, pois enquanto Membro da Vallis Habita está impedido de participar, nomeadamente num órgão colegial, porque é responsável pela empresa em questão. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, disse que a Mesa entendia que o Membro Diomar Santos não poderia participar na votação, mas que poderia participar da discussão. -----

De seguida colocou à votação o ponto 2.3 Orçamento, grandes opções do plano, mapa de pessoal da Câmara Municipal e plano de atividades e orçamento da Vallis Habita, para o ano 2015, sendo **aprovado por maioria** com a seguinte votação: -----

**Votos a Favor: 14 votos a favor, sendo: 11 votos do Grupo Municipal do PS, 1 voto do Grupo Municipal do CDS/PP, 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena Arnaldo Pinto Soares e 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Campo e Sobrado Alfredo Costa Sousa.** -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

**Votos Contra:** 3 votos contra do Grupo Municipal da CDU. -----

**Abstencões:** 13 abstencões, sendo: 10 abstencões do Grupo Municipal do PSD/PPM, 1 abstencão do Grupo Municipal do BE, 1 abstencão do Membro Independente Celestino Marques Neves e 1 abstencão do Presidente de Junta da Freguesia de Ermesinde Luís Miguel Mendes Ramalho. -----

O Senhor **Membro Independente, Celestino Marques Neves**, apresentou uma **Declaração de Voto** que se anexa à presente ata como **Doc.14**. -----

O Senhor Presidente da Assembleia; Abílio José Vilas Boas Ribeiro, colocou à discussão o ponto **2.4 Adenda aos acordos de execução celebrados com as juntas de freguesia**. -----

O Senhor **Presidente de Junta da Freguesia de Ermesinde, Luís Miguel Mendes Ramalho**, começou por dizer que a proposta de Adenda chegou sem qualquer informação e sem fundamentação, para inclusão dos artigos.

De seguida solicitou uma cópia do ofício do Tribunal de Contas para tentar perceber o que é feriu o contrato, cópia que deveria ter acompanhado a Adenda. -----

Disse de seguida que é lamentável a pressão exercida sobre a Assembleia Municipal; considera uma falta de respeito do Senhor Presidente da Câmara para com os Membros da Assembleia Municipal, porque a lei estabelecia cento e oitenta dias para a celebração dos Acordos de Execução mas demorou um ano a resolver a apresentar uma proposta, e agora carrega a Assembleia Municipal com o ónus da necessidade de avançar com o processo. -----

O Senhor **Presidente da Câmara, José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que gostava que o processo tivesse sido mais rápido, mas a lei impôs um conjunto de alterações no funcionamento, e o Governo quando criou a lei não deu diretamente a competência às juntas, disse às autarquias para se entenderem. -----

Disse de seguida que o processo foi longo mas foi correto, positivo e de diálogo. -----

Quanto à questão da Adenda, no âmbito da obtenção do visto do Tribunal de Contas foi-lhes pedido que ficasse clara a questão da chamada irrevogabilidade dos acordos; é um dos pontos, o valor do acordo de execução, uma cláusula relativa ao compromisso ou seja o número de compromissos no âmbito da lei dos compromissos. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PSD/PPM, Daniel Torres Gonçalves**, disse que o Tribunal de Contas não tomou uma decisão *ad hoc*; aconteceu que a Câmara foi incompetente ao não fazer os acordos como



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

deveria, porque não estavam completos e não respeitavam toda a legalidade; foi isso que o Tribunal de Contas disse. -----

O Senhor **Presidente da Câmara, José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que os acordos que foram enviados tinham toda a informação, o Tribunal de Contas pede que exista a Adenda e, portanto, o que a Câmara pretende é resolver os problemas dos cidadãos e não estão interessados a fazer qualquer obstáculo que crie problemas reais para as freguesias. -----

O Senhor **Presidente de Junta da Freguesia de Valongo, Ivo Vale das Neves**, disse que relativamente ao ponto em discussão, o Tribunal de Contas pediu esclarecimentos, o que é uma coisa normal. -----

O Senhor Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro, colocou à votação o ponto 2.4 Adenda aos acordos de execução celebrados com as juntas de freguesia, sendo **aprovado por unanimidade**. -----

De seguida colocou à consideração da Assembleia a continuação dos trabalhos no dia 4 de dezembro, sendo aprovado por unanimidade. -----

Colocou seguidamente à votação a aprovação em **Minuta** dos pontos 2.1, 2.2, 2.3 e 2.4 sendo **aprovado por unanimidade**. -----

Deu, de seguida, por encerrada a sessão. -----

Para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada. -----

O Presidente: \_\_\_\_\_

O 1º Secretário: \_\_\_\_\_

O 2º secretário: \_\_\_\_\_